

Famílias escravas, vontades livres

Luiz Gustavo Santos Cota*

Resenha

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas: Campinas XIX*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2004, 184 pp.

Durante um bom tempo, especificamente até meados da década de 1970, a existência de uma família escrava no Brasil era algo impensável. Para a historiografia da época, a chamada “Escola Paulista”, seria praticamente impossível conceber a existência de uma estrutura familiar entre os mancipios, levando em conta a violência do próprio sistema escravista e a ausência de consciência ou mesmo interesse por parte destes em estabelecer núcleos familiares. Para os autores ligados a esta “escola”¹, o resultado da ausência dos referenciais familiares, substituídos durante o tempo de cativo pela promiscuidade generalizada, seria a extensa marginalização e miséria dos negros no pós-abolição. Contudo, a forma como esta historiografia analisou o tema em questão fez com que deixasse escapar uma série de detalhes que revelam não só a existência de uma família escrava, mas também as formas de resistência por ela elaboradas. Esses detalhes começaram a ser esmiuçados ainda na década de 1970, quando trabalhos historiográficos de cunho quantitativo e demográfico começaram a derrubada das antigas teses sobre a família mancipia culminando em uma verdadeira virada historiográfica na década de 1980. O alvo dessa nova corrente historiográfica foi o resgate da figura do escravo

* Bacharel em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

como um ator ativo dentro do processo histórico, através do estudo de novas fontes permeadas por novas hipóteses que trouxeram à luz matizes antes desconhecidas.

Foi seguindo nesse caminho, analisando os detalhes, que Cristiany Miranda Rocha compôs sua pesquisa. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado ao programa de pós-graduação em História Social da Universidade de Campinas, *Histórias de famílias escravas*, nos traz uma proposta de inovação metodológica empreendida pela autora em sua pesquisa. Segundo Cristiany Rocha, seu trabalho teve como principais objetivos colaborar para expansão dos debates acerca da escravidão rural no século XIX, especialmente na região de Campinas. Contudo, a historiadora vai além das questões de debate.

O grande trunfo da pesquisa desenvolvida por Cristiany Rocha é a forma como sugere novas possibilidades metodológicas para a compreensão do universo familiar dos cativos dentro da sociedade oitocentista. Comprovada a existência da família escrava, Cristiany parte para o desenvolvimento de uma metodologia que permite observar melhor o fenômeno. Levando em conta que a análise demográfico-quantitativa abre caminho, mas não alcança todas as respostas possíveis, a autora não só segue pela análise qualitativa dos detalhes, mas os esmiúça através de um amplo *corpus* documental compreendendo censos demográficos; assentos de batismo; inventários *post-mortem* e testamentos; listas de matrícula geral de escravos de 1872; registros de pagamento de meia-sisa (sobre a compra e venda de escravos); além de processos criminais.

Lançando mão do “jogo de lentes” entre o macro e micro, ajustando o foco com maior atenção sobre o último, o estudo de caso empreendido por Cristiany Rocha, permite, segundo a própria, uma visão mais estrita e intensiva do objeto. Assim, a estratégia traçada foi chegar aos cativos através da documentação referente a uma família de proprietários. O rico produtor de café, Capitão Camillo Xavier Bueno da Silveira e seus familiares, nos fornecem as pistas para a descoberta das famílias escravas em seus plantéis ao longo do século XIX.

Após discorrer no primeiro capítulo acerca do debate historiográfico sobre a família escrava no Brasil e nos Estados Unidos, desde o racismo científico do fim do XIX e princípio do XX até o surgimento dos trabalhos específicos sobre a família escrava na década de 1980, a autora se filia a uma interpretação do fenômeno como um elemento dual dentro do sistema escravista. A família escrava seria ao mesmo tempo um fator de manutenção e de limitação do domínio senhorial. Se por um lado ocupava o posto de elemento de controle do próprio sistema escravista, já que para se manter depen-

dida de seus laços com a propriedade senhorial, era, ao mesmo tempo, expressão da resistência e da autonomia dos mancípios. Dessa forma o fenômeno surge como foco de resistência escrava, de conquista de direitos como moradias individuais fora das senzalas e o acesso ao livre cultivo da terra. Contudo, mostra que é preciso matizá-lo não perdendo de vista que fazia parte de um complexo jogo de negociações entre senhores e seus escravos.

Tendo como ponto de partida o diário do sítio de um dos filhos de Camillo Silveira, escrito pelo feitor da propriedade entre 1870 e 1890, a autora inicia a articulação da documentação deixada pela família revelando com acuidade as pistas sobre os laços parentais cativos ao longo de vários anos. O quebra-cabeças formado por um amontoado de nomes, apelidos e preços começou a ser montado mostrando como os grupos familiares se constituíam e resistiram por anos, mesmo após a morte dos senhores ou à venda para outrem. A autora soube lidar com a falta de várias peças, ou seja, as lacunas que sempre cruzam o caminho do historiador.

No segundo capítulo, após mapear a escravidão em Campinas, mostrando as mudanças com relação à economia da região e sua influência no crescimento da população cativa, a autora parte para o estudo da escravaria de Camillo, apontando a complexa relação entre o casamento escravo e a ilegitimidade dos filhos. Indo além dos números, Cristiany descobre através do cruzamento de inventários *post-mortem*, assentos de batismo e registros de casamento a existência de relações consensuais entre os cativos. Por diversas vezes, a ilegitimidade não significava a inexistência da união. Vários casais só tiveram sua relação formalizada após o nascimento dos primeiros filhos. A ilegitimidade formal poderia ser muito diferente da realidade vivida pelos cativos. O “ingênuo” que o padre “pôs aos santos olhos” como sendo de pai incógnito, podia na verdade viver junto ao pai e sofrer sua influência durante seu processo de socialização.

Ainda com relação aos casamentos, a autora revela a promoção de uniões coletivas por Camillo Silveira, prática comum na época. Através da interferência senhorial, aqueles casais que viviam juntos há anos eram encaminhados ao altar ao mesmo tempo. Aqui o casamento se apresenta como uma forma de controle, uma vez que, para o senhor, o ritual coletivo representaria uma economia de tempo, além de servir como distração para o plantel, em razão da festa que acompanhava as cerimônias. Nada melhor para mantê-los sob controle do que deixá-los felizes. Por outro lado, os casamentos coletivos também seriam uma forma de unir em uma mesma festa parentes separados pela venda mas mantidos sob o domínio da mesma família senhorial.

Foi o que ocorreu no ano de 1868, quando o Capitão Camillo resolveu casar cinco casais de sua propriedade, juntamente com outros dois de propriedade de seu sogro Américo Pereira de Camargo. Um dos noivos-escravos do senhor Américo, chamado Marciano, era irmão de nada menos que três noivas levadas ao altar pelo Capitão Camillo, caso comentado com mais detalhes no terceiro capítulo. Mesmo tentando o controle, a atitude senhorial demonstra o reconhecimento das uniões conjugais entre os cativos e a importância dos laços parentais entre estes.

Ainda no segundo capítulo, nos é apresentada uma análise sobre as consequências da morte do senhor sobre a família cativa, revelando que esta poderia se apresentar, ao mesmo tempo, como ameaça e dívida. Ameaça porque com a morte de seu dono, o cativo poderia ser separado de seus familiares durante a partilha dos bens entre os herdeiros. Contudo, no caso da família Silveira a morte senhorial trouxe consigo a dívida da liberdade através das alforrias testamentárias e outros legados. Tal prática reflete como os cativos construíam relações verticais na época de cativo e como através delas conseguiam a tão desejada liberdade.

No terceiro e último capítulo, é apresentada uma análise acerca do estabelecimento de redes de solidariedade, verticais e horizontais, estabelecidas pelos municípios, dentro e fora da propriedade, representadas através da prática de compadrio. Não obstante, também são observadas as consequências do tráfico interno após 1850 sobre a família escrava.

Cristiany Rocha mostra como o parentesco ritual, representado pela prática de compadrio, trazia consigo uma série de elementos quanto às expectativas dos cativos em relação à família, à vida em cativo e à expectativa da liberdade. A forma como escolhiam seus compadres, que na maioria das vezes eram pessoas de nível social igual ou superior, mostra como os cativos traçavam estratégias que visavam a melhoria das condições de vida de seus rebentos, dentro do cativo ou mesmo na futura liberdade. Não obstante, os escravos buscavam através do compadrio, não só vantagens, mas também o fortalecimento dos laços parentais já existentes.

Por derradeiro, o tráfico interno de escravos surge como uma ameaça às conquistas tecidas durante anos pelos cativos. A venda para outra cidade, ou mesmo outra província, desmanchava laços familiares que haviam sobrevivido durante gerações. O impacto dessa violência foi literalmente sentido na pele por inúmeros senhores que tiveram que lidar com o descontentamento de seus cativos. O ato de resistência à venda, traduzida em fugas e assassinatos, não foram casos raros, principalmente nos últimos anos do regime escravista. Foi

exatamente o que aconteceu com Cândido José Leite Bueno, um dos irmãos do Capitão Camillo.

As páginas de um processo-crime aberto no ano de 1873 revelam que dois escravos pertencentes a Cândido, bem descontentes com seu senhor, haviam fugido para São Paulo e depois de recapturados acabaram assassinando um dos empregados do fazendeiro. Ao serem inquiridos sobre os motivos do crime, José e Basílio, relataram que haviam fugido para São Paulo na esperança de que as autoridades de lá pudessem obrigar seu senhor a vendê-los. A inusitada atitude da dupla, no que diz respeito ao fato de intentarem conseguir auxílio da lei, traz a tona uma concepção de cativo permeada por direitos aos quais José e Basílio acreditavam terem sido privados. Para eles, a separação da família, o duro regime de trabalho e castigos aos quais foram submetidos, ultrapassavam aquilo que entendiam como limite, como direito.

A quebra do parentesco cativo cria um entrave aos movimentos da escravidão. Mais uma vez temos a dualidade da família escrava. O elemento de pacificação e manutenção do domínio escravista também limita e embaraça o comércio negreiro. Concluindo, Cristiany Rocha aponta o desrespeito à família escrava imposto pelo tráfico interno, como um dos elementos que colaboraram para a derrocada do regime escravista. Algo antes impensável, a existência da família escrava teve aqui um papel central.

Notas

¹ Foram adotados como principais referências da “Escola Paulista” os trabalhos de Florestan Fernandes (*A integração do negro na sociedade de classe*, 1965); Emília Viotti da Costa (*Da senzala à colônia*, 1982); e Roger Bastide (*As religiões africanas no Brasil*, 1971).